

# Nova Classe Média

## Visão Geral

*“Aninhamos a medição das classes econômicas na literatura de bem estar social baseados em renda per capita.”*

*“Incorporamos as dimensões de sustentabilidade através das relações entre fluxos e estoques nas frentes do produtor e do consumidor.”*

*“Acoplamos atitudes e expectativas das pessoas em relação as suas vidas tal como desenvolvido na literatura de felicidade.”*

A cada nova pesquisa domiciliar (ex: PNAD, POF, PME, Censo etc.), mais do que ingerir de forma passiva uma sopa de letras e números, a sociedade brasileira reflete e debate suas conquistas, percalços e desafios. Uma preocupação cotidiana e estratégica se refere a mensuração da distribuição de renda. Tradicionalmente, a análise de renda tem sido feita pelo IBGE em termos da média e da desigualdade.

O Centro de Políticas Sociais da FGV vem há mais de uma década se caracterizando pelo processamento e análise em primeira mão de cada safra de microdados colhida, analisando a distribuição de renda lato senso e indicadores de pobreza. Há alguns anos, estendemos a análise da pobreza absoluta para outros segmentos da população. Em particular, passamos a acompanhar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, D, E, e a classe C, que batizamos de nova classe média brasileira). Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais, (operariado, burguesia, capitalistas etc) mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria segundo os economistas a parte mais sensível da anatomia humana.

**Estratégia** - A opção foi aninhar nossa metodologia na profícua literatura de medidas de pobreza e de bem estar social baseados em renda domiciliar per capita. Esta literatura trata a família como a unidade básica de observação, mas já aprendeu que famílias maiores requerem mais recursos que famílias menores, contemplando os efeitos da escolha das pessoas viverem em família e repartirem entre si seus escassos recursos para satisfazerem suas necessidades ilimitadas.

A partir deste ponto de partida incorporamos outras dimensões propiciadas pelas pesquisas como os temas de sustentabilidade e percepções das pessoas. O primeiro caso trata das relações concretas entre fluxos de renda e estoques de ativos abertos em duas grandes frentes: a do produtor e a do consumidor.

O lado do produtor se apóia na literatura de economia do trabalho, leia-se emprego, mas também na de empreendedorismo. Se empregadores e conta-próprias são trabalhadores, eles também são empresários, pois vivem do lucro. São capitalistas, mas sem capital na maioria dos casos, ficando apenas com os riscos e não as riquezas capitalistas.

Já o outro lado da sustentabilidade se apóia na literatura também clássica de consumo e poupança, que é tão ou mais fraca no Brasil quanto as nossas taxas de poupança. Ela permite ir além da fotografia chapada de pesquisas domiciliares transversais colhidas em um dado instante no tempo e visualizar como um filme o desenrolar da vida das pessoas. Desse modo, contempla incertezas, hábitos, altruísmo, imperfeições do mercado de capitais, e mesmo miopia como casos específicos. Mesmo se a família não planeja o futuro, ela irá sofrer ao longo do tempo as consequências de não fazê-lo.

Obviamente, ao fim e ao cabo fluxos e estoques de dinheiro podem trazer, ou não, a felicidade para cada um e para os seus. Acoplamos em nossos estudos de maneira complementar as atitudes e expectativas das pessoas em relação as suas vidas tal como desenvolvido na literatura de felicidade, que apenas mais recentemente ganhou a atenção e talvez alguma respeitabilidade por parte dos economistas.

**Conceito** - Nova classe média foi o apelido que demos à classe C anos atrás. Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. Nova classe média difere em espírito do termo “nouveau riche”, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas.

Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou - e continua a realizar - o sonho de subir na vida. Mais importante do que de onde você veio ou está, é aonde você vai chegar. Nova classe média não é definido pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor. A nova classe média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido.

Crédito ao consumidor e benefícios oficiais fazem parte da cena da classe C, mas como coadjuvantes. O protagonista é o lado do produtor, do empregado formal em particular. A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público o seu platônico objeto de desejo. Já o pequeno empreendedor continua relegado a um segundo plano aqui, dadas as dificuldades burocráticas, fiscais, creditícias e de valores. Ao contrário do que reza a lenda, o Brasil não é celeiro de pequenos grandes empreendedores, mas de grandes empreendedores do tipo fordista, destes que depois de florescer no hostil ambiente de negócios tupiniquim, aspiram competir em seus respectivos segmentos globais.

Há deficiência crônica nas políticas públicas de apoio produtivo, do curso profissionalizante ao crédito produtivo popular, jogando contra o “brasileiro profissão esperança”. O instrumento-chave para liberar o potencial produtivo do nosso trabalhador seria a educação regular, que embora ainda esteja num nível classe E, tem melhorado na quantidade, na qualidade, e nas prioridades tanto da população (passou de 7ª para 2ª na lista de preocupações do brasileiro) como da elite empresarial. A falta de preocupação com a educação colocava a nossa elite econômica no pior dos mundos

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida.

Na nossa visão baseada em renda sobre nova classe média aninhamos expectativas subjetivas das pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais. Entretanto, para que a análise tenha consequência há que se arbitrar um ponto de apoio central que aqui é baseado em renda. A partir da classificação das pessoas em grupos de renda, expectativas e atitudes são incorporadas e renda permanente é onde os estoques de ativos são convertidos em fluxos.

**Medição** - Heuristicamente, os limites da nova classe média (classe C) seriam as fronteiras para o lado indiano (classes D e E) e para o lado belga da Belíndia brasileira (classes A e B).

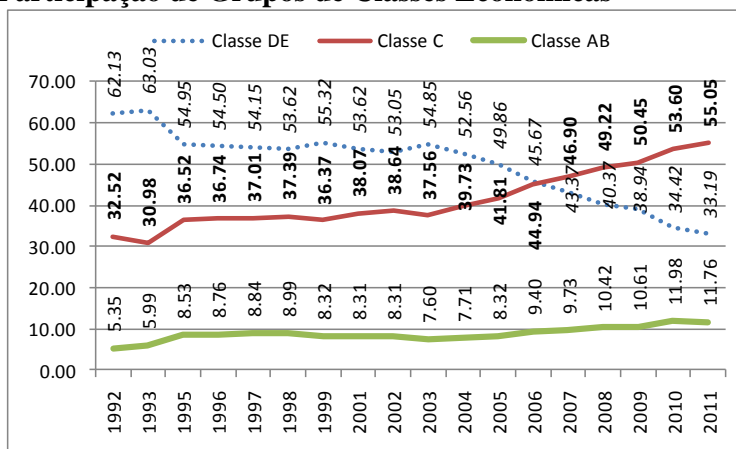
Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A nossa nova classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos mais 10% ricos pouco depois da virada do século segundo uma combinação de bases de dados.

Na nossa definição de faixas de renda embora baseada na intuição acima é bastante consistente e empiricamente próxima daquele determinado pelo conceito de polarização proposto por Esteban, Gradin e Ray (2007), apelidado de EGR. A estratégia EGR gera de maneira endógena os cortes de renda da distribuição de renda observada na prática. Os cortes escolhidos são os que melhor distinguem os grupos no sentido de tornar os menores possíveis as diferenças internas destes grupos de renda e em contrapartida maximizar as diferenças entre estes grupos. Calculamos os grupos de renda para o caso de três segmentos que é segundo os autores aquele que para os países analisados por eles que maximiza o critério de polarização estendida usada. Nossa estratégia aqui é gerar medidas relativas e depois mantemos constantes os valores inicialmente arbitrados para gerar mudanças absolutas das classes.

**Dados** - Cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões desde 1993). Centrando nossa análise no período mais recente, houve crescimento acumulado de 9,12% na proporção de pessoas pertencente a este grupo desde 2009, equivalente a dizer que 10,5 milhões de brasileiros que não eram, passaram a ser classe C (3,7 milhões só no último ano). A mesma, que atingia 50,45% da população brasileira em 2009, passa agora a 55,05% em 2011. Traduzindo em números absolutos, atingimos a marca de 100,5 milhões de brasileiros que tem renda entre 1200 até 5174 reais mensais.

As classes AB foram as que cresceram mais em termos relativos (39,6%) no período entre 2003 a 2009, quando 6,6 milhões foram incorporados a esse grupo. Mais recentemente, com base na PME, identificamos, entre 2010 e 2011, queda de 1,9% na taxa, mas se considerarmos o acumulado dos últimos 21 meses, o que observamos é um aumento de 10,82% na proporção de pessoas na classe AB. Isso corresponde à entrada de mais 2,6 milhões de pessoas no grupo mais alto de renda. Juntando os dois pedaços, ao considerarmos todo o período (2003 a 2011), o contingente de pessoas que passam à classe AB é de 9,2 milhões, ou de 13,7 milhões, se olharmos desde 1993. Somamos hoje, em 2011, 22,5 milhões de pessoas nesse grupo.

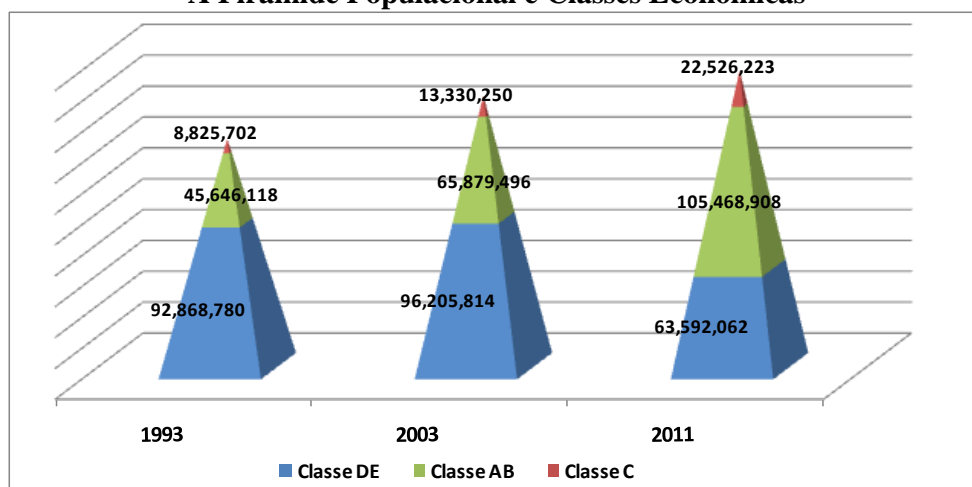
### Evolução da Participação de Grupos de Classes Econômicas



Fonte: CPS/ FGV a partir dos microdados da PNAD e da PME/IBGE

Na soma dos estratos econômicos médios e altos da distribuição, sintetizados nas classes ABC, 48,7 milhões foram adicionados no período 2003 a 2011, cerca de 13,1 milhões a mais do que os 35,7 milhões adicionados no período de 2003 a 2009. Em contrapartida, a base da pirâmide econômica, formada pelas classes D e E, foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, atingindo pelos nossos cálculos 63,6 milhões em 2011. Isso significa que, de 2003 a 2011, mais do que a população da Espanha, ou da África do Sul, foi incorporada às classes ABC. As pirâmides populacionais abaixo ilustram a evolução da população brasileira dividida nos diversos estratos econômicos.

### A Pirâmide Populacional e Classes Econômicas



Fonte: CPS/ FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 105,5 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 55,05% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas também que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, a nova classe média é a classe também é dominante do ponto de vista econômico, pois já concentrava 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes AB, estas com 45,6% do total do poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 7,8% do poder de compra, caindo do nível de 19,79%, logo antes do lançamento do plano Real.

### Conceitos e Classes

*“Os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. A classe C aufere a renda média brasileira.”*

*“A Classe C subiu 46,6% de 2003 a 2009 e a Classe A & B subiu 54,7%. Se a classe média for mais rica que a classe C, o seu crescimento seria ainda maior”*

A nossa abordagem de mensuração de classes econômicas é olhar para toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos. Preferimos centrar inicialmente nesses indicadores sociais baseados em renda per capita, o qual existe vasto instrumental e literatura a respeito. Desta forma, aplicamos o conhecimento desenvolvido na área de estudos de pobreza no Brasil que levou a instalação do *International Poverty Center* (IPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) no país, para análise de toda a distribuição de renda e não apenas o estrato inferior da mesma. A nossa opção é por usar como ponto de partida um indicador que sabemos bem quais são suas virtudes e limitações, para depois estendê-lo a outras dimensões, usando a renda por pessoa como fio condutor da análise. Exploramos três perspectivas adicionais para se qualificar as classes econômicas, em geral, e a nova classe média, em particular.

**Potencial de Consumo** - Uma forma usual de definir as classes econômicas (E, D, C, B e A) é pelo potencial de consumo. O Critério Brasil analisa o acesso e o número de bens duráveis (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, se a pessoa possui empregada doméstica, entre outros. Este critério estima os pesos a partir de uma equação clássica minceriana de renda e classifica as pessoas por faixas de pontos, usando características mais permanentes que a renda corrente. Nossa abordagem é usar um cálculo similar, não para definir as fronteiras entre as classes, mas para avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe. Calculamos os índices de potencial de consumo, não para a criação de um esquema de classificação estanque de classes<sup>1</sup>. Usamos o mesmo tipo de equação de renda do Critério Brasil, que é usual na literatura de economia do trabalho. Outra diferença é que expressamos os resultados de maneira contínua, através de um simulador que mantém o valor dos coeficientes estimados do modelo original sem arredondamentos que tiram desnecessariamente a precisão das estimativas. Aplicamos esta abordagem a uma miríade de informações domiciliares, utilizando amostras que no Brasil só as pesquisas domiciliares do IBGE atingem, tanto no seu desenho como no seu tamanho.

Em suma, criamos um índice de potencial de consumo que usa a métrica da renda como fio condutor e unidade de medida do indicador. As pessoas entendem com mais facilidade a métrica de renda, que faz parte do seu dia a dia, do que uma métrica artificial de pontos discretos. Depois de definir o modelo, quantificamos o indicador por cada característica das pessoas, em particular pelas classes econômicas baseadas em renda corrente. O leitor iniciado em economia talvez reconheça o conceito de renda permanente criado por Milton Friedman em 1957 no indicador de potencial de consumo. Desde o trabalho de Robert Hall, de 1977, sabemos que o consumo corrente deve em tese conter toda a informação relevante aos padrões de consumo das famílias.

**Geração de Renda** - Na nossa pesquisa as pessoas não são pobres, ricas ou nova classe média, mas estão ou não nesses estados em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas da população como um todo vai a campo. Agora, concordamos que temos de testar até que ponto os níveis de renda e de consumo serão ou não sustentáveis no futuro. Nos termos da fábula de La Fontaine, é preciso distinguir as formigas trabalhadoras das cigarras consumistas.

---

<sup>1</sup> Os coeficientes da equação que dá origem ao Critério Brasil não é necessariamente estável no tempo. A estabilidade dos coeficientes porém não foi rejeitada em testes de quebra estrutural em uma bateria de testes rodados com base na PNAD.

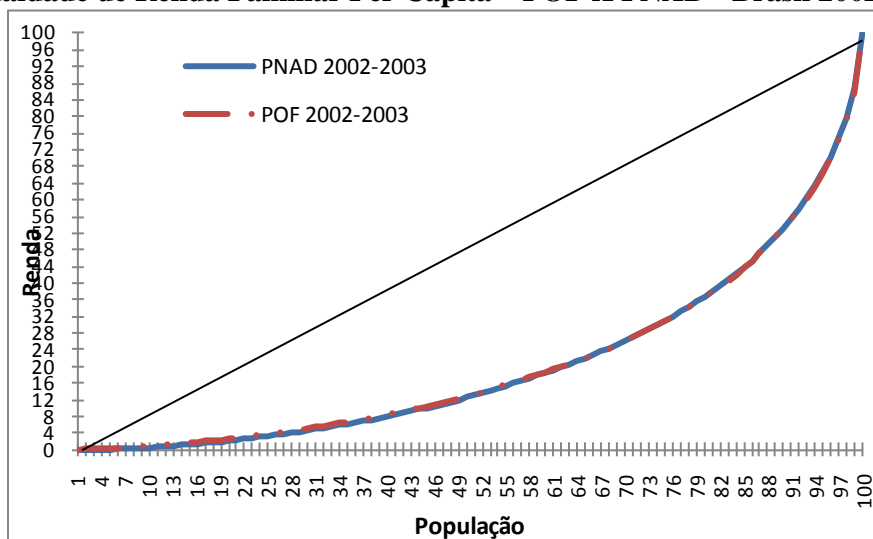
Além de estarmos medindo o potencial de consumo a partir da miríade de informações das pesquisas domiciliares, propomos uma conceituação complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor, usando a equação de renda, função agora de ativos produtivos dos diversos membros da família. Ou seja, há que se observar a capacidade de se manter de fato este padrão de vida através da geração e manutenção da renda ao longo do tempo. Acreditamos que a separação do hedonismo consumista ou do consumo por necessidade, de quem está próximo da subsistência ou longe do crédito daqueles que tem capacidade de produção, geram duas análises complementares entre si e com a análise da renda corrente.

Este tipo de preocupação com educação e inserção ocupacional consta em critérios aplicados na Inglaterra, Portugal e Índia. A única variável neste sentido contemplada no Critério Brasil é a escolaridade do chefe do domicílio. O aspecto inovador da nossa metodologia é a sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média para além do consumo, incorporando elementos ligados à esfera de geração de renda das famílias, tais como a carteira de trabalho do marido e da mulher, a entrada do filho na universidade ou na era da informática. Alinhamos o aspecto de status social com a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado, como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Quantificamos o lado do produtor usando a métrica de renda usando a equação minceriana, que permite a integração com as demais características do lado do consumidor e com a própria renda.

**Expectativas sobre o Futuro** - Uma última abordagem que usamos é relativa à análise das atitudes e expectativas das pessoas. Este tipo de abordagem foi bastante desenvolvido nos anos 50 e 60 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha no Nobel de Economia, e James Tobin, um de seus grandes admiradores. Seguindo nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do *New York Times*, em seu recente best-seller, “O Mundo é Plano”, define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para a conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios. Complementarmente, propomos o Índice de Felicidade Futura (IFF), desenvolvido por nós a partir de uma amostra de mais de 130 países cobertas pelos microdados do Gallup World Poll. A atualização deste índice para o período pós-crise será analisada neste livro. Os dados indicam que a classe média no Brasil, medida pelo nível esperado de satisfação com a vida no futuro, continua alta vis a vis s demais países.

**Ajuste POF** - A PNAD é referencia central neste livro e na maioria de estudos sobre a distribuição de renda brasileira. Uma primeira ponte que precisa ser construída é aquela entre a PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas levadas a campo pelo IBGE. A POF é uma pesquisa mais rara, mas completa que a PNAD. Em termos de questionário de renda, pois inclui a renda não monetária, fundamental aos pobres. A renda de ativos reais e financeiros que atinge em maior proporção os segmentos mais abastados também é melhor captada pela POF. Por uma feliz coincidência estes dois problemas se cancelam em termos de desigualdade de renda. De forma que a POF apresenta níveis de desigualdade muito próximos ao observado na PNAD, conforme a sobreposição das curvas de Lorenz das PNADs empilhadas de 2002 e 2003 e da POF 2002-03 abaixo demonstram.

## Desigualdade de Renda Familiar Per Capita – POF X PNAD - Brasil 2002 E 2003



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD e da POF/IBGE

Complementarmente, os respectivos índices de Gini das duas pesquisas se equivalem, sendo 0,591 para a POF e 0,594 para a PNAD. Da mesma forma que os índices Theil-T: são 0,7149 para a POF e 0,7145 para a PNAD. Por outro lado, as médias de renda domiciliares per capita reais (deflacionadas para a mesma data) são muito distintas de R\$ 697 para a POF e R\$ 484,71 para a PNAD uma diferença de 43%.

A boa notícia é que como a diferença se resume as médias e as nossas classes foram definidas pela distribuição relativa, é preciso apenas multiplicar os valores da PNAD pelo fator da POF, uma vez que esta base se mostra mais acertada função de menores erros e omissões de renda.

Depois, é apenas preciso realizar ajuste na média de renda. Após estes ajustes, a faixa C, central, está compreendida entre os R\$ 1610 e os R\$ 6950, uma renda média de R\$ 4250 a preços de hoje na média nacional, ajustados pelo custo de vida local. O mesmo tipo de ajuste pode ser aplicado a outras faixas.

**Polarização** – saindo da esfera da desigualdade de renda, o conceito que nos interessa para conceituar classe média é o de polarização. A fim de diferenciar lançamos mão de um exemplo apresentado em Gasparini et al (2008). Seja uma sociedade simplificada com seis pessoas chamadas de A, B, C, D, E e F com rendas de R\$ 6, 5, 4, 3, 2 e 1, respectivamente. Suponha que se transfira um real de D para F e de A para C. As medidas de desigualdade que respeitam o princípio das transferências<sup>2</sup> necessariamente vão cair.

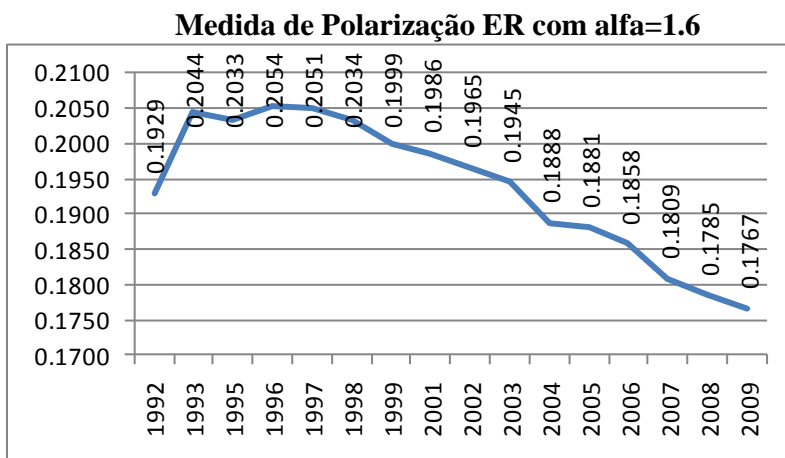
Reparem, entretanto que depois das mudanças teremos toda a distribuição polarizada em dois pontos, a saber: renda R\$ 2 para as pessoas D, E e F e renda R\$ 5 para as pessoas A, B e C. A sociedade agora está dividida em dois grupos polarizados que são internamente homogêneos. Apesar de menos desigual a sociedade se tornou após estas transferências progressivas mais polarizada em

---

<sup>2</sup> Este princípio nos informa que se transferimos renda do mais rico para o mais pobre sem que se inverta o ranking entre as pessoas a medida de desigualdade deve cair.

extremos que tendem a se antagonizar uns aos outros. Podendo levar a piora de problemas ligados a conflitos, violência e instabilidade política entre outros males.

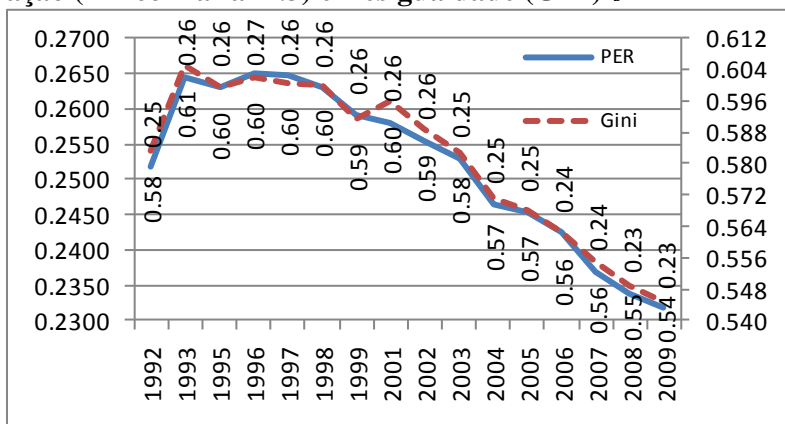
Usamos aqui a medida de polarização proposta por Esteban e Ray (1994), apelidada de ER com o parâmetro alfa igual a 1,6. O gráfico ilustra que a sociedade brasileira se torna menos polarizada de 1998 em diante.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O exemplo artificial de Gasparini et all (2008) reproduzido antes foi propositalmente formulado para diferenciar os conceitos de desigualdade e o de polarização. Em geral os dois caminham na mesma direção, Conforme o gráfico exemplifica as séries começam e terminam em patamares ajustados semelhantes. A Polarização (escala a esquerda) tem queda mais expressiva que a desigualdade até 2001, mas posteriormente acontece o reverso.

**<--Polarização (ER com alfa=1.3) e Desigualdade (Gini)-->**



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

**Grupo da Média** - À parte de medidas tradicionais de desigualdade tradicionalmente em nossos estudos usamos a parcela de três grupos populacionais. Ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 a desigualdade brasileira se manteve surpreendentemente estável próximo a os 50% mais pobres recebiam cerca de 10% da renda coincidentemente os 10% mais ricos recebiam próximo aos 50% da



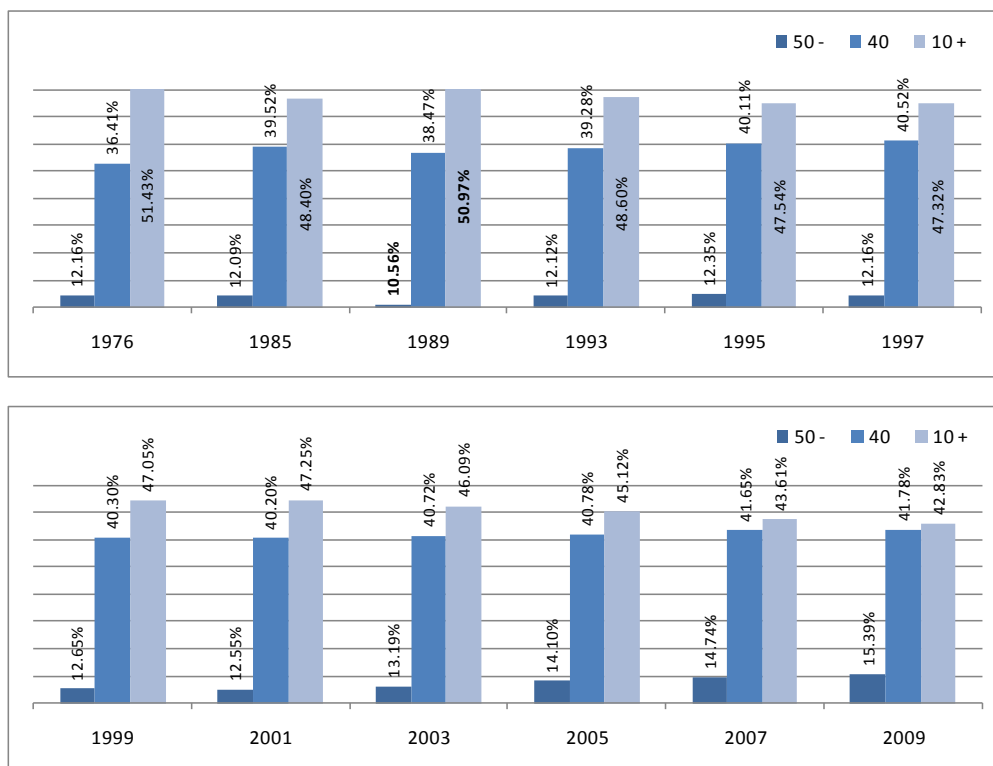
renda agregada. No meio destes dois grupos extremos tínhamos os 40% intermediários que recebiam os mesmos 40% da renda.

No pico histórico da desigualdade brasileira de 1989, os 50% mais pobres tinham 10,56% da renda, os 10% mais ricos 50,97%. Este grupo do meio que auferia a renda média foi o nosso ponto de partida para análise desta classe média relativa. A nossa nova classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos mais 10% ricos pouco depois da virada do século segundo uma combinação de bases de dados. O gráfico abaixo ilustra a evolução desta parcelas na renda que começa a cair de maneira sistemática apenas depois de 2001.

A inversão de participações na população e na renda dos grupos polares também inspirou nossos estudos sobre classes absolutas. O status relativo de renda do décimo mais alto vis a vis o resto da distribuição foi segundo os estudos de David Lam, o que diferencia a concentração de renda no Brasil frente aos Estados Unidos que não é um país particularmente igualitário. Outra fonte de inspiração desta escolha inicial do grupo mais rico foi os estudos que participamos na segunda metade dos anos 1990s coordenados por Sam Morley onde observamos a participação entre os 10% mais ricos e em particular deles em relação ao resto da distribuição de renda brasileira e latino-americana.

Em suma, grosso modo os limites da nova média (classe C) seriam as fronteiras para o lado indiano (classes D e E) e para o lado belga da Belíndia brasileira (classes A e B). Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico.

### Evolução das Participações de Grupos na Renda (50%-, 40% e 10%+)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

**EGR** - Na nossa definição de faixas de renda embora baseada na intuição acima é bastante consistente e empiricamente próxima daquele determinado pelo conceito de polarização proposto por Esteban, Gradin e Ray (2007), apelidado de EGR. A estratégia EGR nos interessa, por gerar de maneira endógena os cortes de renda da distribuição de renda observada na prática. Os cortes escolhidos são os que melhor distinguem os grupos no sentido de tornar os menores possíveis as diferenças internas destes grupos de renda e em contrapartida maximizar as diferenças entre estes grupos. Calculamos os grupos de renda para o caso de três segmentos que é o que nos interessa mais. Complementarmente, segundo os autores aquele que para os países analisados por eles que maximiza o critério de polarização estendida usada. Nossa estratégia aqui é gerar medidas relativas e depois mantemos constantes os valores inicialmente arbitrados para gerar mudanças absolutas das classes.

Iremos inicialmente analisar os três grupos de renda aplicados a PNAD 2002 com a metodologia descrita mais acima de forma a compará-la com a nossa metodologia. Depois tomaremos emprestados os resultados do EGR dentro e entre estes grupos, além de outros parâmetros institucionais como linhas de pobreza e de extrema pobreza, para subdividir nossas classes econômicas. Começamos pelos três grandes grupos.

Em primeiro lugar, a combinação de nossas classes econômicas D e E resulta quase perfeitamente no estrato inferior do EGR que corresponde aos 52,3% mais pobres contra 52,6% no nosso critério. De forma que a diferença é desprezível. Como corolário toda a análise que fizemos de participação das classes DE na população, ou de seu complemento ABC, de forma mais freqüente, está consistente entre a nossa metodologia e a adaptação do EGR.

A combinação de nossa classe econômica central em 2002 está 4 pontos de porcentagem menor que o estrato intermediário gerado pela metodologia EGR. Isto é, ao invés dos 34,95% da população estar na nossa classe C temos 38,95%, Estes exatos 4 pontos de porcentagem é a nossa medida de dissonância entre a nossa nova classe média que aufere a renda média e o estrato do meio do EGR. Como corolário da certeza que a soma das participações esgota a unidade, a nossa Classe AB está distante do estrato superior do EGR pela soma das diferenças apresentadas nos dois primeiros estratos vis a vis nossos grupos de classes. Ou seja, a população de nossa classe AB é 4,3 pontos de porcentagem menor que o estrato superior da metodologia EGR para 2002. Este intervalo equivale a dissonância entre nossa nova classe média e a aplicação do EGR ao seu próprio estrato superior de renda nos leva a criar esta resíduo 4,3% para que a nossa classe C se converta no extrato do meio do EGR. Chamaremos esta classe de C0 ou CB de forma a ilustrar a passagem da classe C para B.

Similarmente aplicamos a metodologia EGR de três na nossa classe AB resultando nas classes B1 com 4,31%, A2 com 2,84% e A1 com 1,28%. No âmbito do estrato inferior do EGR tirando partido da convergência de valores e subdividimos a classe E da D usando a nossa linha de pobreza tradicional que em 2009 se aproximava do valor de entrada no Bolsa Família. Utilizamos racionalização similar adotando os R\$ 70 reais hoje que corresponde ao valor mais baixo de referência do Bolsa Família que foi adotado como linha nacional de pobreza no âmbito do Brasil Sem Miséria aplicado à época para definir a divisão entre a Classe E2 e E1.

## Definição das Classes Econômicas

	limites	
	Inferior	Superior
Classe E	0	1085
Classe D	1085	1734
Classe C	1734	7475
Classe B	7475	9745
Classe A	9745	

*\* ajustado pela POF*

*\*\* atualizado a preços de julho de 2011*